



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

ESPECIAL I

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Neréu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

ESPECIAL I

Audiência Pública da Secretaria de Estado da Fazenda

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	02
Presenças.....	02
Ata.....	02
Abertura da Sessão	03
Composição da Mesa.....	03
Expositores:	
Sr. Heron Arzua	
Secretário de Estado da Fazenda ...	03

Sr. Nestor Bueno	
Diretor Geral da Secret. da Fazenda	03
Interpelações:	
Dep. Jocelito Canto	04
Dep. Tadeu Veneri	06
Dep. Professor Luizão	06
Dep. Plauto Miró	07
Dep. Ney Leprevost.....	09
Dep. Reni Pereira	10
Dep. Waldyr Pugliesi.....	14
Dep. Luiz Claudio Romanelli.....	15
Dep. Antonio Belinati.....	15
Encerramento da Sessão	16

ESPECIAL I

Audiência Pública da Secretaria de Estado da Fazenda

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA
REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA
PÚBLICA DA SECRETARIA DE
ESTADO DA FAZENDA
REALIZADA EM
10 DE ABRIL DE 2008

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Ata:

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e oito, no Plenário deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a presidência do Deputado Nelson Justus e contando com as presenças dos Deputados Alexandre Curi, Caíto Quintana, Luciana Rafagnin, Reni Pereira, Luiz Claudio Romanelli, Dobrandino da Silva, Péricles de Mello, Rosane Ferreira, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Jocelito Canto, Professor Luizão, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Antonio Belinati, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro,

Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk e a Deputada Beti Pavin, Presidente da Comissão de Orçamento, e o Deputado Edson Strapasson, Presidente da Comissão de Finanças. Estavam presentes, também, o Sr. Ênio Verri, Secretário do Planejamento e o Sr. Carlos Marés, Procurador Geral do Estado. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, que apresentou o relatório do 3º quadrimestre de 2007. Após a explanação do Sr. Secretário Heron Arzua e do Dr. Nestor Bueno, Diretor da Secretaria, o Deputado Nelson Justus abriu a palavra para que os Srs. Deputados formulassem perguntas sobre o relatório apresentado. Após o questionamento, encerrando o trabalho, o Sr. Presidente agradeceu a presença das autoridades, dos Srs. Deputados e aos demais presentes à Audiência Pública.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a Sessão Especial para realização da Audiência Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, com o Sr. Secretário Heron Arzua, referente Lei de Responsabilidade Fiscal, 3º quadrimestre de 2007, em cumprimento ao disposto no nosso Regimento Interno.

Composição da Mesa:

Com satisfação, anuncio a composição da Mesa: Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua; Secretário do Planejamento, Deputado Ênio Verri; Dr. Carlos Marés, Procurador do Estado; 1º Secretário, Alexandre Curi; 2ª Secretária, Luciana Rafagnin.

Com satisfação registro a presença da Assessoria, Diretores da Secretaria da Fazenda, do Planejamento, dos Deputados aqui presentes. E a certeza que, ao tempo que, cumprimos um dispositivo constitucional, teremos uma reunião, como todas as outras, das mais profícuas.

Os Deputados receberam da Secretaria da Fazenda um disquete, há mais de 10 dias, para que pudessem ter uma idéia do que será apresentado hoje e dos questionamentos que poderão fazer.

O Secretário Heron Arzua, dentro do seu alto espírito democrático, achou por bem convidar o Secretário Ênio Verri e o Procurador Carlos Marés, para que dentro de qualquer pergunta, qualquer questionamento, ligados a essas questões da estrutura do estado, os mesmos estarão à disposição dos Srs. Deputados para qualquer tipo de pergunta. Por essa razão, iniciamos a Sessão de hoje passando a palavra ao Secretário Heron Arzua para que ele inicie a sua exposição.

Com a palavra o Secretário Heron Arzua.

Expositores:

Sr. Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda

O SR. HERON ARZUA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus companheiros Secretários, meus colegas da Secretaria da Fazenda.

Já viemos aqui várias vezes à Assembléia Legislativa, em função da determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para apresentar esses relatórios, são três vezes por ano. E mandamos antes o disquete para todos os Deputados, conforme pedido na penúltima reunião da Lei de Responsabilidade Fiscal do ano passado.

Quero dizer também que cumprimos as determinações dessa lei e mandamos, em tempo hábil, à Assembléia Legislativa todos os dados e informações. Embora seja um pouco de exagero essa questão de prazo, não estamos em falta, a Assembléia só está sendo realizada neste mês em função da própria Assembléia Legislativa, da agenda da Assembléia, porque ficamos à disposição desde sempre. Embora os Deputados já tenham recebido esses quadros, gostaria que o Dr. Nestor Bueno explicasse, desse uma explicação, sobre esses quadros.

Lembrando um pouco a história de Nestor Bueno. O Nestor Bueno foi responsável pelos balanços da PETROBRAS durante cinco anos. Ele foi responsável pelos balanços da Prefeitura de Curitiba nas gestões de Ivo Arzua, Omar Sabbag e Jaime Lerner, por mais de 30 anos. E no estado ele comanda essa parte do orçamento, na primeira gestão do Governador Roberto Requião, 1991 a 1994, na segunda, 2002 a 2005, e, agora, na terceira.

Então, quando me perguntam, sempre digo que a Secretaria da Fazenda é a única Secretaria de Estado que tem dois Secretários, porque durante muitos anos na Prefeitura de Curitiba eu era o assessor dele e ele era o Secretário, e eu era o segundo. E, portanto, atuamos em situação de igualdade. Então, quando me perguntam sobre essas questões de balanço e de orçamento, pouco entendo disso. Agora, o Nestor é a pessoa que mais entende. Então, peço a ele que faça essas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Dr. Nestor Bueno.

Sr. Nestor Bueno - Diretor Geral da Secretaria da Fazenda

O SR. NESTOR BUENO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; autoridades nominadas; Sras. Deputadas; Srs. Deputados.

Mais uma vez comparecemos a esta Casa em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. E é com muita satisfação que sempre o fazemos.

Mas, quero aproveitar esta oportunidade, lembrando aos nobres Deputados que o artigo 87 da Constituição Estadual estabelece algumas atribuições ao Governador do Estado. E entre essas atribuições definidas no artigo 87, item 11, está a obrigação do Governador prestar anualmente a esta Casa de Leis a sua prestação de contas. O prazo estabelecido nesse item 11, artigo 87, ele dispõe que dentro de 60 dias, a partir da primeira Sessão da abertura do ano legislativo, é o prazo para o Governador fazer essa prestação de contas. Esse prazo vence amanhã, porquanto a primeira Sessão foi realizada no dia 11 de fevereiro.

Então, vou pedir ao Dr. Heron Arzua que entregue ao Presidente da Assembléia, em nome do Governador, a prestação, simbolicamente, de contas, entregando um volume dos 10 volumes que compõem a prestação de contas. E, logo mais, às 11h entregaremos no gabinete do Presidente os nove volumes falantes com o ofício do Governador.

(O Sr. Heron Arzua faz a entrega simbólica da prestação de contas ao Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus)

Como entregamos e protocolamos nos gabinetes dos Deputados o disquete constando toda esta apresentação, que vamos de momento fazê-la, consulto aos Deputados se devemos passar toda a demonstração ou se os Deputados já consultaram o arquivo que foi mandado, e então desejam fazer já de início algumas perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sugeriria, Dr. Nestor, que um breve resumo pudesse ser feito aos Deputados para que, aí, sim, pudessem formular as perguntas.

O SR. NESTOR BUENO

Então, gostaria de começar, porque a exigência da Lei nº 101 é a demonstração das metas fiscais. E a principal meta fiscal constante do anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias é, sem dúvida alguma, a demonstração do resultado primário. O que é esse resultado primário? O resultado primário nada mais é do que a diferença, é um título que determina a diferença entre a receita e a despesa não financeiras. E esse resultado, se positivo, vai mostrar a situação, a saúde do estado, principalmente como referência aos encargos da vida pública.

Pediria, então, ao nosso auxiliar que mostrasse o quadro, se não me engano, o quadro número 4, onde aparece - é o mais importante das metas fiscais. Temos ali a receita primário total, a despesa primária total, vejam, não é a receita corrente total, é só a primeira, ou seja, ambas sem as receitas e despesas financeiras. E temos como resultado positivo ali, R\$ 917 milhões, 553 mil.

Esse quadro - 4A - demonstra perfeitamente que do resultado primário, 917 milhões, em números redondos, os juros e encargos da dívida pública atingiram 665 milhões e 767 mil, completamente cobertos, com sobra,

pelo resultado primário. Está aí o retrato fiel da saúde financeira do estado.

Mas, vamos abrir a primeira página do nosso caderno e vamos complementar a explicação das metas fiscais com a página da execução orçamentária.

(Faz apresentação de slides)

Era o que tínhamos para apresentar. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, antes de mais nada, anunciar a visita da Faculdade - a pedido do Deputado Plauto Miró - União, de Ponta Grossa. Os acadêmicos do 5º ano de Direito se fazem aqui presentes com as professoras Adriana Thimoteo, Flávia de Oliveira e Júlia Bufara. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Estamos, hoje, cumprindo um dispositivo do Regimento Interno e da nossa Constituição, onde o Secretário ou a Secretaria da Fazenda vem prestar contas a respeito do 3º quadrimestre de 2007. Por essa razão, a Sessão hoje é um pouco atípica, mas sejam bem-vindos a nossa Casa. É um privilégio recebê-los aqui, até porque Ponta Grossa é muito bem representada nesta Casa, aqui, no mínimo, de quatro Deputados Estaduais.

O SR. NESTOR BUENO

E por estirpe o Presidente da Casa também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Presidente é Cidadão Honorário, adotivo.

O SR. NESTOR BUENO

O Presidente é por estirpe, porque é filho de pontagrossenses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade, com muita honra. E o Nestor Bueno, o nosso extraordinário Secretário da Fazenda, do estado, de todos os tempos, também é filho de Ponta Grossa. Portanto, Ponta Grossa, hoje, está altamente representada, aqui na Casa.

Sugerimos que os Deputados se inscrevessem para as perguntas e, claro, não poderia ser diferente. Vamos começar com um ponta-grossense. O Deputado Jocelito Canto tem a palavra para fazer a sua pergunta.

Interpelações:

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Maioria absoluta aqui, Sr. Presidente. O César também é de Ponta Grossa, não podemos esquecer. Aqui quem manda são os ponta-grossenses.

Sr. Presidente, Srs. Secretários, sempre nos preocupa essa questão do BANESTADO, quando vemos esses números do BANESTADO, vemos como foi má essa privatização do BANESTADO, prejuízo mensal, não é anual. Algumas pessoas confundem o anual com o mensal, mas na verdade é uma dívida mensal que sangra os cofres do Paraná quando todo final de mês temos que pagar 65 milhões. É muito dinheiro! Fazendo uma comparação com o hospital regional que estamos construindo em Ponta Grossa daria, no mínimo, para fazer quatro hospitais por mês, no porte daquele hospital, na cidade de Ponta Grossa, no mínimo. Então, como fez mal para o estado do Paraná essa questão do BANESTADO, é uma questão que realmente nos preocupa. E toda a vez que o Dr. Nestor e o Dr. Heron mostram, aqui, esses números, nós nos preocupamos, porque é de humilhar o povo paranaense o que estamos pagando. É de envergonhar a gestão pública que vivemos aqui, a gestão da irresponsabilidade que faz com que o Paraná tenha que se sacrificar diante de uma dívida tão malfeita. Algumas pessoas não sabem disso, se reclama muito, mas não sabem disso.

Queria perguntar ao Dr. Nestor sobre a questão de reajustes, sabe-se que o Governo tem uma política de reajustes que está dando a policiais, há uma vontade do Governador de melhorar um pouco o salário dos Srs. policiais, e também existe uma vontade dos professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa de alguns reajustes. Perguntaria ao Secretário, Dr. Nestor, se há previsão para este ano, principalmente para os professores universitários que têm encontrado algumas dificuldades, se está previsto no orçamento deste ano algum tipo de reajuste aos professores, principalmente aos professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e claro, que vai pegar o Paraná inteiro? E também, aproveitando a mesma pergunta, para destacar aqui que nos orgulha muito, Secretário Heron Arzua, V. Exa. disse aqui no final do ano de 2006, e havia uma dúvida aqui muito grande, não minha, mas de alguns membros da Oposição, em relação à questão do dinheiro para a construção do hospital regional de Ponta Grossa, e V. Exa. disse aqui, o Dr. Nestor, o César também, e tenho, com muito carinho, guardado esse documento, que havia a garantia de que o dinheiro estava separado para a construção do hospital regional. E hoje, com muito orgulho, quero anunciar aqui que o nosso hospital regional está na fase final, estamos terminando o hospital regional. E no orçamento deste ano, esta Casa, como Deputado, colocamos no orçamento mais de 15 milhões para equipamentos que poderão ser colocados no hospital regional.

Então, queria agradecer por ter, naquela oportunidade, alguns desconfiados, alguns desconfiaram, o hospital não vai sair, é balela, mas o hospital, o documento está guardado, vai fazer parte da história de Ponta Grossa, e que aquele dinheiro realmente estava programado e a

obra está chegando na fase final e o hospital já é uma realidade em Ponta Grossa.

Então, queria lhe agradecer por aquele momento, por aquela confiança e por aquelas palavras de que isto aconteceria e está acontecendo.

Agradecer a oportunidade de fazer estas perguntas e torcer para que o Governo possa, neste ano, principalmente, cuidar dos nossos policiais um pouco mais. Acho que eles merecem, os nossos professores da universidade, e principalmente a Segurança, porque Ponta Grossa é a cidade com menor índice de violência no estado do Paraná. Nas maiores cidades temos hoje o menor índice de violência e isto deve ser premiado com mais investimentos para que possamos manter esses patamares que nos orgulham bastante.

Era isto, Sr. Secretário, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. NESTOR BUENO

Primeiramente gostaria de agradecer a presença dos integrantes da Faculdade de Direito de Ponta Grossa. Faculdade me emociona muito, desculpem.

Mas a pergunta do Deputado Jocelito Canto, não vou me furtar de responder, mas vou pedir que seja respondida por quem tem a competência para respondê-la.

Vou pedir ao Secretário Enio que responda a pergunta do Deputado Jocelito Canto.

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores.

A respeito da pergunta do Deputado Jocelito há uma previsão no orçamento sim para o reajuste das categorias.

Esta Casa aprovou uma lei no ano passado que atendia uma reivindicação das várias categorias de servidores públicos do estado que era a data base, um sonho muito antigo. Destaco aqui a presença dos representantes da APP-Sindicato, que era uma reivindicação muito antiga.

E esta decisão, construída por essa negociação, APP e Governo do Estado, resulta que agora no mês de maio todas as categorias receberão a correção do período do ano. Não existirá mais aquele processo de acúmulo de perdas históricas e que depois começa aquela negociação que nunca mais se recupera devido ao tempo que se leva para se atender essas demandas.

Então, no mês de maio o Governador e a equipe da Fazenda e do Planejamento estão fazendo os cálculos e irá apresentar, então, o índice de correção para todas as categorias do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente.

Parte do que eu gostaria de perguntar o Secretário Enio Verri já respondeu, mas a sequência dessa pergunta, segundo dados do DIEESE, haveria margem, tanto que passou como nesse ano, Dr. Nestor, para que nós tivéssemos, além desse percentual linear, que provavelmente estará em torno de 5%, nós tivéssemos aumentos diferenciados.

A pergunta que faço ao senhor - se a sua opinião também vai nesse sentido - que além do aumento linear, que acho que é positivo, o Secretário Verri já colocou e também concordo, Secretário, que é uma conquista dos servidores. Nós temos, a partir do ano passado já, todos os anos, zerar a inflação, o que não gera essas distorções como víamos todos os anos e todas as categorias, e que depois, faz com que tenhamos o ano inteiro campanhas salariais quase que individualizadas.

Mas, a minha pergunta ao senhor é se, na sua opinião, além desse percentual que se estima que ficaria em torno de 5% para zerar a inflação, se é possível que tenhamos também percentuais diferenciados dentro de categorias específicas.

O SR. NESTOR BUENO

O assunto realmente está sendo estudado entre o Planejamento, a Secretaria de Administração e a Secretaria da Fazenda, e depois de solucionado vamos levar ao Governador que é quem dá a última palavra.

Acredito que até o mês de maio, não é Secretário Verri, nós devemos ter esse estudo já concretizado.

O SR. ENIO VERRI

É importante destacar que na reunião que tivemos com os membros da APP, Deputado Tadeu Veneri, junto com o economista do DIEESE, onde foi detectado, esse relatório está sendo distribuído agora, fiz uma rápida leitura, não há discordância sobre esses dados, são públicos. O que há para ser discutido nesse investimento da Educação é aquilo que é necessário investir, uma reivindicação da categoria dos docentes também que estão neste debate e também investimentos em obras que também entram nesses cálculos de 30%.

Portanto, a análise a ser feita é a necessidade de investimentos em obras e equipamentos, a questão da reivindicação da categoria dos docentes do ensino superior e, dentro deste desenho, então, a categoria do ensino básico.

Então, esse estudo está sendo feito em conjunto, como o senhor colocou, com o Secretário da Fazenda, Planejamento e Administração, e acredito que no decorrer do mês de abril teremos condições já de apresentar os estudos para o Governador.

O SR. HERON ARZUA

Se me permite também, Dr. Nestor, nós tivemos no começo do ano, recentemente, uma reunião com o Ministro da Fazenda sobre o problema do crescimento econômico do Brasil, como que os estados iriam se comportar.

Em janeiro havia uma euforia muito grande quanto ao crescimento econômico do Brasil, até pelos investimentos que o Governo Federal está fazendo, aquele Programa de Aceleração do Desenvolvimento.

Na última reunião que tivemos com o Ministro ele já pediu cautela para os estados na condução das contas públicas, em função da crise americana. Embora o Governo Federal esteja assim, vamos dizer, convicto que esta crise não vai atingir o Brasil muito fortemente, mas com certeza vamos ter uma diminuição de crescimento.

Então, depois de uma euforia no mês de janeiro com o crescimento econômico do Brasil, portanto de todos os estados, ele pediu agora aos Secretários de Fazenda que mantenham uma cautela, um rigor nas contas públicas para que não sejamos surpreendidos no meio do ano ou no final do ano com um crescimento de receita aquém do esperado.

Então, há essa expectativa, não se tem certeza da extensão da crise americana, não sou economista, não entendo nada disso. Talvez o Enio pudesse nos dar um maior esclarecimento, mas o fato é que o Ministro da Fazenda pediu a todos os estados que tenham um pouco de cautela na condução das contas públicas deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, já que estamos falando em Educação, com a palavra o Professor Luizão e depois o professor Lemos.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Secretários, Deputados, Deputadas.

Faço a seguinte pergunta para a Secretaria da Fazenda - o ano passado, em 2007, em relação ao orçamento aprovado para o exercício de 2007, a Secretaria da Fazenda fez uma reestimativa de receita em 6% e o realizado da receita corrente no final do exercício foi 11,28%.

Em relação a 2008, a pergunta que faço: há perspectiva também do aumento de receita surpreender positivamente, como aconteceu em 2007?

O SR. NESTOR BUENO

Só quero fazer uma justificativa - na medida que acumulamos juventude vamos ficando um pouco mais sensíveis e a presença dos acadêmicos de Ponta Grossa me emociona porque todos os meus estudos foram realizados em Ponta Grossa, inclusive os estudos superiores. Sou da primeira turma da Faculdade de Direito de Ponta Grossa e a vida acadêmica me traz muitas recordações.

Respondendo a sua pergunta posso lhe afirmar o seguinte: mensalmente o órgão especializado da Secretaria

da Fazenda argüi a realização e os efeitos que a economia do Paraná faz em relação à receita. Já observamos numa reunião com os professores mais o Dr. Lemos, do DIEESE, que ao final do primeiro trimestre já podemos pensar em correção da receita do estado, principalmente da receita de ICM do estado sobre aquela que foi projetada na LDO em 11,74%, só nesse primeiro trimestre em pouco mais de 3%, já entregamos ao DIEESE, ao Dr. Lemos, Presidente da Associação, na reunião de anteontem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, vejo aqui que a obrigação constitucional, não quero aqui ser indelicado com os companheiros que se manifestaram e nem com os que vão se manifestar para frente, mas o objetivo dessa reunião é que se faça uma prestação de contas do 3º trimestre de 2007. Se nós ficarmos questionando orçamento futuro - nós já tivemos o período para isso quando da votação do orçamento ou poderemos ter noutra oportunidade - mas que limitássemos as perguntas dentro dessa prestação de contas constitucional, da prestação de contas do 3º trimestre de 2007, para que atingíssemos o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe perfeitamente, Deputado Caíto, a questão de ordem de V. Exa. e eu estou plenamente de acordo. Ocorre que como nós iniciamos já a reunião como eu gosto de dizer, num ambiente de camaradagem, com a presença do Procurador do Estado, de igual maneira do Secretário de Planejamento, nós permitimos que se fizesse algum exercício de divagação para que aproveitássemos a presença dos Secretários, muitas vezes tão reclamados aqui nesta Casa.

Então, é importante que aproveitemos a presença dos Secretários aqui e que fujamos um pouco daquilo que reza, efetivamente, a nossa Constituição.

Com a palavra o professor Lemos.

O SR. JOSÉ LEMOS

Quero, mais uma vez, cumprimentar esta Casa na pessoa do Presidente que é ex-professor de escola pública do Paraná e aproveitar o momento para cumprimentar todos os presentes aqui nesta Audiência Pública e dizer que estamos bastante satisfeitos com os números que a Secretaria da Fazenda nos apresentou na terça-feira e os números que traz aqui a esta Casa.

Sobre o fechamento do ano de 2007 na Educação estou confirmado que os aposentados e também os pensionistas não figuraram nos 30%. Isto é muito importante. Estes 30% de 2007 foram alcançados porque também algumas despesas que estavam orçadas para 2008 foram antecipadas e já foram pagas ainda em dezembro de 2007. Algumas despesas que serão efetuadas ainda no decorrer de 2008 foram, então, empenhadas. Isto não é ruim, isto abre para 2008, Deputado Caíto, por isso entramos em 2008, isso permite, agora em 2008, um investimento além dos 30% na Educação.

Temos, além do recurso vinculado para a Educação, temos recursos subvinculados para a educação básica. Nessa receita da educação básica temos ainda uma outra subvinculação que é o mínimo que deve ser aplicado no salário do professor. Aí que nos alegra, 2008 dará condição para se corrigir o salário do professor da educação básica para além da inflação. Foi muito bom que conquistamos no Paraná a data-base para zerar a inflação do ano, que vai acontecer agora em maio, mas ainda para os professores da educação básica nós reclamamos uma defasagem ainda de longa data e queremos, neste ano, recuperar pelo menos parte dessas perdas. Com isso vislumbramos aqui na receita de 2008, no mínimo 300 milhões, mas com os dados da própria Fazenda observamos que pode ser mais de 300 milhões. Parte desses 300 milhões nós, evidentemente, reivindicamos para correção dos salários. Não lutamos apenas por salário, nós temos outras reivindicações importantes para melhorar a educação básica, mas o salário é um componente importante!

Quero então solicitar, mais uma vez, a sensibilidade da Fazenda, que já foi sensível em vários momentos e que este ano, diante desta conjuntura favorável, nos ajude neste momento que estamos fazendo negociação com o Governo porque maio já é a data-base, nos ajude para que possamos recuperar o salário da educação básica para além da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente; Sr. Secretário Arzua; Procurador do Estado, Carlos Frederico Marés; nosso Enio, Secretário do Planejamento; Nestor, ponta-grossense, representando o município dentro da Secretaria da Fazenda.

Eu queria, Sr. Presidente, se possível, fazer um bate-bola com o Secretário. Primeira pergunta: Secretário, quanto o estado depende de receita com pagamentos da dívida ativa, no ano de 2007?

O SR. NESTOR BUENO

Temos um caderninho de apoio aqui onde trazemos já algumas informações. O gráfico da arrecadação da dívida ativa do estado referente a tributos está neste gráfico. Se não me falha a memória, acho que chegou a uns 40 milhões, mas o Dr. Marés que é o responsável pela arrecadação da dívida ativa pode nos dizer, principalmente a que está ajuizada.

O SR. CARLOS MARÉS

Em 2007 a arrecadação foi diretamente 23 milhões mais 250 milhões de parcelamento, em números redondos.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

O ICMS é uma receita. Então, ele é gerado, a empresa paga e entra nos cofres públicos como receita. Quando o ICMS não é pago, ele vai para a dívida ativa, é uma receita que vai para a dívida ativa. Quando a empresa resgata e paga aquilo que está na dívida ativa, está pagando uma receita. A pergunta que faço: esse resultado que é pago na dívida ativa é repassado para os outros Poderes, para os municípios que, naturalmente, teriam direito a essa receita?

O SR. NESTOR BUENO

Sem dúvida.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Os precatórios quando são recebidos, e agora parece-me que dentro do estado nós tivemos um programa de compensação de precatórios por ICMS que estava na dívida ativa, esses precatórios, quando recebidos, são repassados?

O SR. NESTOR BUENO

Veja, Deputado, o que acontece com o problema do precatório e da compensação: hoje não existe mais a possibilidade de contribuinte algum compensar precatórios com ICMS, o decreto que autorizava já foi revogado. Hoje, tão-somente, o contribuinte pode compensar ITCMD com precatório, o único tributo, e pode compensar na agência de fomento aqueles ativos que também, pela imposição da união federal e dentro daquele programa de empréstimos, o estado foi obrigado a comprar do Banco do Estado antes da sua privatização.

Então, aqueles ativos do estado que estão sob a gestão da agência de fomento também podem ser compensados com precatórios. Quando compensávamos ICMS com precatório, o que acontecia? O estado se subrogava nesse precatório. E nós só vamos compensar, só vamos transferir ao município os seus 25% de direito, evidentemente, quando esse precatório for recolhido ao Tribunal de Justiça. Antes disso, não há dinheiro rolando na compensação. E veja, hoje vai acabar esse tipo de compensação não só pela revogação do decreto como também o Ministério Público já tem se pronunciado no sentido de que a compensação do precatório com qualquer tipo de tributo só pode ser feito pelo valor de aquisição desse precatório. E geralmente quem adquire o precatório para fazer a compensação, adquire com 70% de deságio. Isso vai evitar substancialmente as compensações, não fosse só o decreto revogado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

É que se o estado não repassar essa receita da dívida ativa e oriunda também de precatórios para os municípios, os outros Poderes, do FUNDEF, o Fundo de Cultura, de Ciência e Tecnologia, com certeza está havendo uma apropriação indébita do estado.

O SR. NESTOR BUENO

Não. Toda a dívida ativa é repassada. A compensação, a parte que é compensada com precatório é que fica aguardando o recolhimento pelo estado do precatório. Neste momento, sem dúvida alguma, vamos fazer a repartição do valor correspondente.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Está ótimo.

Uma outra pergunta, Secretário, quando foi compensado de precatório no ano de 2007? Vocês têm esse número?

O SR. NESTOR BUENO

Não foi grande coisa. O Dr. Heron tem no caderno da Coordenação da Receita. Como era objetivo específico da Audiência, não trouxemos, mas devemos ter aí no caderno.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

A preocupação, enquanto o Secretário Heron Arzua está ali procurando, é que os municípios paranaenses, no momento em que não recebem esses recursos devidos, esses repasses que deveriam ser feitos, com certeza faz falta lá na nossa cidade de Ponta Grossa e em outros municípios paranaenses, porque são recursos significativos.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, se não tivesse havido a compensação, o município também não ia receber os 25%. Então, ele tem já uma expectativa de receber, porque os precatórios, da forma e com o estoque que existe hoje, veja, um dos poucos estados da federação que está recolhendo precatório ainda é o estado do Paraná. E nesse montante de 3 bilhões e meio recolhemos por ano 130 milhões de precatórios. Para consumir este estoque e mais os precatórios que chegarão nos próximos anos, vamos levar mais de 40 anos.

Então, acho que essa expectativa dos municípios que aguardam o recolhimento dessa compensação é muito grande - pelo menos é como no caso da COPEL, que eu acabei de explicar, há uma expectativa de receber esse valor. Pode ser daqui a 20 anos e tal, no momento em que o estado realmente for dispor do dinheiro, porque por enquanto ele é gráfico, tão-somente.

O SR. CARLOS MARÉS

Deputado Plauto, dentro da Procuradoria do Estado começa haver uma discussão com os municípios. Os municípios solicitaram, em ação declaratória, o conhecimento desse montante de compensações, porque realmente esse é um problema extremamente delicado. Não entra dinheiro no orçamento do estado e, no entanto, o estado passa a ser devedor para os municípios de 25%. Isto é uma coisa real. O entendimento do estado é que esta dívida será resgatada no momento em que isto se

transformar em dinheiro, que significa o pagamento do precatório, porque é dinheiro do próprio estado. Ou seja, o dia que o estado pagar o precatório, que na verdade é do seu próprio bolso, 25% pertence aos municípios.

Entretanto, essa é uma questão jurídica, uma discussão de entendimento ainda que inicia, recém-inicia.

Então, essas perguntas que o Deputado está formulando de montantes, etc., estamos preparando a resposta da ação declaratória. A Associação dos Municípios é que está propondo.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Eu agradeço.

Falta mais uma pergunta, para concluir, Sr. Presidente: por que o estado do Paraná não está dando a contrapartida aos empréstimos da COHAPAR, junto a Caixa Econômica Federal? O estado não tem dinheiro? O que está havendo? Porque inúmeras obras prometidas nos municípios paranaenses não estão sendo executadas por falta de financiamento. Então, queria saber.

O SR. NESTOR BUENO

Olha, acho que esta pergunta deveria ser dirigida diretamente à COHAPAR, mas posso dizer o seguinte: que mensalmente estamos pagando à Caixa Econômica, mensalmente, todo o empréstimo realizado pela COHAPAR. E se a COHAPAR tem algum projeto de financiamento para casa popular, discutido na Caixa Econômica, não tenho a menor dúvida de que, por ordem do Governador, essa necessidade da parte complementar por parte do estado será plenamente solucionada no orçamento do estado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço, Sr. Presidente. Só aguardando do Secretário Heron, se caso não tiver os dados dos precatórios, quando tiver, nos encaminhar.

O SR. HERON ARZUA

Só Ponta Grossa são R\$ 6 milhões 407 mil ano passado.

E aqui o que recebemos de precatórios da dívida ativa, o decreto que existia...

(vozes paralelas)

...só permitia, com a dívida ativa, não com o ICMS corrente. Então, o ano passado - não sei se esse dado é definitivo ou provisório, é da Coordenação da Receita do Estado, atingiu R\$ 29 milhões, 838 mil e 628, o ano inteiro.

Tenho aqui, até poderia perguntar para o Deputado Reni, se isso seria quebra do sigilo fiscal, mas tenho a relação das empresas aqui, que compensaram com precatórios, muitas delas compensaram judicialmente, temos aqui as empresas e o valor. Aliás, estamos tomando algumas medidas de ordem fiscal, voltando a questão da...

(ininteligível)

... tributária para muitos produtos. Isto vai causar algum constrangimento aos contribuintes, em função que muitas empresas varejistas, principalmente farmácias, estão recolhendo ICMS em juízo, com precatórios.

Agora, não recebemos a dívida. Eu tenho aqui, Deputado. Se interessar posso dar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, gostaria inicialmente de cumprimentar o Secretário Heron Arzua, o Procurador Marés, o Secretário Enio Verri, Dr. Nestor.

A minha pergunta é bastante simples e é baseada na extrema preocupação que tenho com a área da Saúde, porque sou Presidente da Comissão de Saúde desta Casa Legislativa.

Ontem foi aprovada a regulamentação da Emenda Constitucional nº 029. Como os senhores sabem, a emenda estabelece que 12% da receita líquida do estado deve ser investida em assistência à Saúde, 15% da receita líquida dos municípios investida em assistência à Saúde e 10% do Governo Federal. Com a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 029 uma série de despesas que anteriormente eram embutidas como gastos de Saúde não poderão mais ser. Aqui no Paraná me parece que ocorria essa questão, algumas despesas e aí existe uma polêmica, alguns interpretam como gastos em Saúde, outros não, mas a verdade é que com a regulamentação da Emenda nº 029 só neste ano de 2008 teremos R\$ 5 bilhões a mais para a Saúde em todos os municípios do Brasil.

A minha pergunta é a seguinte, Dr. Nestor: o estado do Paraná está preparado para cumprir, já em 2008, à risca, a Emenda nº 029 regulamentada?

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, veja, atualmente estamos cumprindo rigorosamente as despesas com Saúde que estão estabelecidas na Lei Orçamentária. Todas as despesas hoje com Saúde, seja saneamento básico, seja com hospitais e tudo o mais, foram discutidas aqui nesta Casa e foram objeto de um relacionamento na Lei Orçamentária. A Fazenda e o Planejamento só tem, por obrigação legal, que cumprir essa lei. E se a emenda que o senhor se refere vier modificar ainda durante o exercício, não podemos nos furtar de cumprir a lei e vamos nos adequar à legislação superior.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, só para complementar, é exatamente a isso que eu me refiro, Dr. Nestor, porque a emenda exclui, por exemplo - embora eu tenha que admitir que investir em saneamento é um investimento em Saúde preventiva - o pagamento de pensões de ex-funcionários, exclui várias

despesas e uma despesa que foi excluída pela emenda aprovada ontem é exatamente a de saneamento básico. Então eu perguntaria: com estas exclusões o Governo estaria preparado para cumprir os 12%?

O SR. NESTOR BUENO

Não, temos os 12% sobre a receita provenientes dos tributos. Nestes 12% podemos fazer qualquer coisa. Evidentemente que vamos ter que tirar alguma outra despesa de Saúde. Mas veja, principalmente o saneamento, será que se não gastar os 12% em saneamento não teremos aqui o nosso acontecimento que está sendo noticiado no Rio de Janeiro com esta barbaridade da dengue?

Acho que uma preocupação do estado do Paraná é o saneamento básico e o saneamento básico, enquanto não saiu a regulamentação, integra as despesas de Saúde para efeito do cumprimento dos 12%.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Certo, agradeço os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Bom, primeiramente quero responder à pergunta do Secretário Heron Arzua.

Na minha época, quando eu estava na Receita, qualquer informação cadastral ou de pagamento a respeito do contribuinte configurava quebra de sigilo. Mas, V. Exa. que é professor, para todos nós, deve saber, até porque o Deputado Plauto não vai sair esparramando.

Primeiramente quero cumprimentar todo o corpo técnico da Secretaria da Fazenda, os nossos dois Secretários, dizer da minha estima, consideração e respeito, não só no âmbito do estado, mas também a nível nacional. Mas, dizer que essa estima e consideração também não inibem o meu papel, principalmente nesta Sessão. E agradecer aqui o respeito, principalmente que o Dr. Nestor, no passado, há um ano exatamente, quando eu fiz uma pergunta e o site do Governo inclusive colocou uma matéria ofensiva à pessoa do Deputado, não ao papel do Deputado, e V. Exa. rapidamente mandou retirar e disse que aquelas palavras que teriam sido colocadas na sua boca jamais foram proferidas.

Então, faço isso, inicialmente, até para deixar bem claro que vou atender um pedido do Líder do Governo, aqui, que todas as colocações que eu iria fazer na forma afirmativa, vou fazer na forma de pergunta. E se, eventualmente, tanto o Dr. Nestor quanto o Dr. Heron, quanto o corpo técnico, o César e os demais companheiros não puderem responder, pode ser feito posteriormente. Em relação à primeira questão, que é a questão do prazo para a prestação de contas, tenho aqui um ofício e isso, como é um acessório, certamente não é tão importante quanto o principal, que é a prestação de contas em si, mas tenho um ofício que foi encaminhado ao Presidente

pelo Secretário Heron Arzua, no dia 18 de março, portanto superior ao prazo estabelecido na lei, mas isso sequer eu invoquei aqui no plenário. Estou fazendo essa constatação porque isso tem a ver com a situação que ocorreu no ano passado e também ocorreu neste ano. E é uma situação que não foi levantada tão somente por esta Casa. Estou com o relatório das contas aqui, do Tribunal, e uma das recomendações que o Tribunal deu para o que aconteceu lá, ele dizia claramente que o Governo do Estado, principalmente a Secretaria da Fazenda, que é quem faz esse relatório, tinha tido falha nos exercícios de 2004, 2005, 2006, na formalização da prestação de contas com a ausência de documentos exigidos. Isso no relatório do Tribunal de Contas. Quer dizer, se para eles está difícil fazer o acompanhamento, imaginem para nós - e eles que têm a função única de fiscalização - imaginem para nós que temos Prefeitos, Vereadores, municípios, mais a situação aqui! E isso levou, de fato, ao reconhecimento pelo Tribunal da situação verificada, inúmeras irregularidades e anomalias constatadas pelas inspetorias de controle externo e culminou com o encerramento do balanço do estado ocorrendo somente no início de abril de 2007.

Então, uma das recomendações que o Tribunal fez em relação ao exercício de 2007 era que o fechamento do balanço fosse no exercício, ou seja, 31 de dezembro. E percebo que essa anomalia e essa irregularidade voltou a ocorrer neste ano, porque tivemos no prazo de 31 de janeiro, que era o fechamento e a publicação das contas, o balanço que no ano passado ocorreu e depois foi refeito o balanço, depois daquela Audiência Pública, aqui, foi refeito no mês de abril. Neste ano não tivemos uma republicação, mas tivemos a publicação com data de 3 de janeiro de 2008, na forma de suplemento, que circulou junto com o Diário Oficial de 7 de março. E esse acessório do cumprimento do prazo realmente dificulta, Dr. Nestor, Dr. Heron, a fiscalização e o controle externo não só do Tribunal de Contas, mas desta Casa.

Por exemplo, a pergunta que o Luizão e o professor Lemos fizeram é muito pertinente, inclusive, a questão de ordem levantada pelo Deputado Caíto não procedia, porque o que precisamos identificar no fechamento de 31 de dezembro é quanto que faltou, quanto que sobrou em restos a pagar de gastos com Educação, porque se sobrou efetivamente esses 200 milhões para serem utilizados este ano, este ano teremos um plus (sic) além dos 30%, de mais 200 milhões. Quer dizer, quando se discute aqui a reposição salarial, aumento, significa que vamos ter que encontrar formas, e até, se não me falha a memória, foi o Deputado Caíto que falou: "Olha, como está tão bem já começa pleitear salário" - e realmente não é só por parte dos professores. E todo esse controle e essa justificativa não é para nós, Deputados da Oposição, mas principalmente para os Deputados de Governo que têm que ter esses dados.

Então, nessa questão da Educação e como muda todo dia, enfim, quero fazer uma defesa também, que não tem como estar atualizado. Eu estava procurando dados em relação ao que foi formalizado na Educação, no

fechamento das contas, com base na Resolução nº 587, já é uma nova em relação a restos a pagar, mas essa resolução nova esta vigorando em relação aos demonstrativos de 2006, diz que as inscrições em restos a pagar e demais formas de financiamento, compromissos junto a terceiros, deverão ser escriturados de modo a evidenciar o montante e a avaliação da dívida pública do período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

E por que faço, na verdade é uma pergunta, não é afirmação - o que nós tivemos, eu acompanho, às vezes, a Escola de Governo, tivemos o anúncio por parte do Governador do cancelamento de algumas licitações - o que é a pergunta? Se naqueles restos a pagar ficaram verbas para construção de escolas, para assumir aquilo que noticiamos que ia ter que se gastar muito, principalmente quando a Secretaria estornou aqueles gastos com previdência, que realmente não poderia ter sido contabilizado, se houve esses cancelamentos, se estão escriturados como restos a pagar, e é difícil essa fiscalização, principalmente, confesso que vindo no mês de março, então é apenas uma das perguntas que eu faço: se existe como a Secretaria nos fornecer simplesmente em relação à Educação, o que ficou de restos a pagar, o que estava empenhado, o que já era processado, o que não é processado e principalmente qual é a conta. Tenho certeza que não é na conta geral que ficaram esses recursos destinados, até para que possamos acompanhar o orçamento, a Lei Orçamentária deste ano, e ver, como falou o Professor Luizão, se aquelas verbas, principalmente o adiantamento de férias, ele não vai permitir que se libere mais dinheiro no orçamento da Educação este ano, porque foram adiantadas algumas despesas.

Então, é a primeira pergunta em relação a estas formalidades que continuam não sendo atendidas.

O SR. NESTOR BUENO

Gostaria de esclarecer ao Deputado que no dia 28 de fevereiro, pelo Ofício nº 049/08, o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, encaminhou expediente ao Presidente da Assembléia, dizendo o seguinte: Atendendo o disposto no artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, informa a V. Exa. que esta pasta se encontra à disposição dessa Casa de Leis para comparecer à Audiência Pública perante a Comissão específica, na data que V. Exa. indicar, visando a apresentação dos dados relativos ao cumprimento das metas do 3º quadrimestre do exercício de 2007."

Em março enviamos aos Deputados e protocolamos em cada gabinete um disquete com estes dados aqui. Foi cumprido um pedido da própria Assembléia.

Na vez anterior quando aqui estivemos, o Deputado Osmar Bertoldi pediu que entregássemos o material pelo menos 10 dias antes da Audiência e foi o que nós fizemos. Entregamos em março o material porque o Presidente já tinha marcado a Audiência para o dia 11 de março. Mais uma explicação e vou me permitir ler uma resposta de um ofício que talvez no ano passado eu fiz a um Deputado que fez esta mesma pergunta e na pergunta ele fez uma pequena confusão entre o que seja relatório

resumido da execução orçamentária, constante do artigo, se não me engano 165 da Constituição, parágrafo 3º, com a expressão substituída na Lei nº 101 de balanço orçamentário. Eu disse ao Deputado, naquele momento: o relatório resumido de execução orçamentária de cada bimestre, previsto no parágrafo 3º do artigo 165 da Constituição Federal e detalhado no artigo 52 da Lei Complementar nº 101, de 4/05/00, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, é elaborado de forma padronizada segundo modelo da Coordenação Geral de Contabilidade de Secretaria do Tesouro Nacional, até que o Conselho de gestão fiscal seja instalado pela mesma Secretaria. Composto dentre outros demonstrativos do balanço orçamentário que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza.

Não se trata, evidentemente, como pode parecer à primeira vista, do balanço geral do estado que integra a prestação de contas anual do Executivo ao Legislativo, cujo prazo para sua entrega está definido no artigo 871 da Constituição do Estado do Paraná, qual seja, dentro de 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa. O balanço orçamentário exigido, ou seja, o relatório resumido da execução orçamentária não pode, em hipótese alguma, ser confundido com balanço geral do estado que é o registro contábil da posição patrimonial de uma instituição em dado momento, indicando a origem, passivo e a aplicação do ativo de seus recursos. Para alguns tratadista apenas o balanço patrimonial corresponde ao conceito técnico de balanço por ser o único a apresentar a situação estática dos bens, direitos e obrigações, num determinado momento, correspondendo os demais a simples demonstrativos de fluxos orçamentários e fluxos financeiros.

Neste exercício eu já disse: o balanço, o prazo é este que está definido aí e os relatórios exigidos pelos artigos 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, evidentemente têm um prazo para ser publicado até o dia 31 de janeiro. Até hoje nenhum estado cumpriu rigorosamente estes prazos e não há possibilidade, em nenhum estado da federação, de fechar um balanço exatamente no dia 31 de dezembro.

Então, o que aconteceu em 2006? Em janeiro de 2007 foi um dos poucos estados da federação que publicou números provisórios do relatório. Relatório que foi confundido com balanço geral do estado e que não tinha nada a ver com balanço geral do estado. Esses relatórios exigidos nos artigos 52 e 53 já tenho discutido muito na Secretaria do Tesouro Nacional e tenho certeza que quando for instalado o Conselho de Gestão Fiscal na Secretaria serão eliminados esses relatórios porque eles são inúteis, eles não revelam a situação para a qual eles foram criados: a Saúde, evidente, do estado. Precisaria acontecer o que está acontecendo o balanço geral, a conciliação de todas essas despesas, de todas essas receitas, informadas nesses relatórios, estão conciliadas no balanço geral do estado, que são nove volumes e tem um volume só, só um volume, com mais de quinhentas folhas a respeito tão somente de restos a pagar.

Então, a outra pergunta que o senhor fez sobre restos a pagar está à sua disposição aqui na prestação de contas que o Governador Requião encaminhou, neste momento, à Assembléia Legislativa, cumprindo rigorosamente. Por mais intimidade que eu tenha há mais de 65 anos com contabilidade pública, contabilidade geral, matéria financeira Direito Tributário, posso afirmar que não há a mínima possibilidade, por enquanto, a não ser que ainda o sistema de informática melhore bastante, para fechar um balanço exatamente no dia 31 de dezembro. Nem empresa privada consegue, o prazo é março para o fechamento dos balanços.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Bom, primeiro em relação ao prazo disponibilizado, teríamos, como V. Exa. mesmo coloca, uma impossibilidade de realizar antes do mês de março esta Audiência, por conta de alguns dados que, embora não façam parte do balanço, estão entranhados no balanço, alguns relatórios, pela Lei de Responsabilidade Fiscal...

O SR. NESTOR BUENO

Estão todos eles.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

A Lei de Responsabilidade Fiscal, são 12 anos depois da Constituição, que dá o prazo do balanço ser até o mês de março. Então, não teria como. Digamos que o Deputado Nelson Justus convocasse a assembléia para o início do mês de março. Não teríamos como realizar. E isso dificulta, porque alguns dados, como V. Exa. mesmo coloca, eu sei, e até porque alteram-se quase que mensalmente as resoluções da Secretaria, não têm condições de você compilar, há uma dificuldade e essa dificuldade não sou eu que estou falando, em todo o relatório do Tribunal de Contas, eles alegam essa dificuldade de fiscalização. E eu falo isso porque fui designado para relatar as contas de 2006 e percebo que a todo momento estão citando que não há como se perseguir algumas informações essenciais.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, só me permita mais uma complementação em resposta à sua pergunta. Veja, é tão inócuo, é tão sem procedência esse relatório que a lei exigiu, porque se não publicarmos esses relatórios até 31 de dezembro, o que acontece? Absolutamente nada! O próprio legislador complementar esteve consciente do que iria acontecer, e sabendo que são relatórios bimestrais, se você não fizer uma conciliação, o senhor é contador, sabe disso, um relatório bimestral não revela absolutamente nada. Mas veja o que diz o parágrafo 2º do artigo 51, da mesma Lei nº 101, e isso justifica a inocuidade dos relatórios: *O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da vida mobiliária.* A cláusula penal está aqui. São tão absurdos

esses relatórios expedidos, porque nada eles revelam, porque o próprio legislador preocupou-se, ao inserir esse parágrafo 2º no artigo 51. Agora, no momento que nós entregamos, porque a prestação de contas do estado a obrigação é entregar, prestamos contas à Assembléia Legislativa, mas amanhã, para que o Tribunal de Contas possa antecipar o seu exame e emitir o seu parecer prévio, amanhã o Dr. Heron vai fazer a remessa dos mesmos volumes ao Tribunal de Contas para que ele possa cumprir o seu parecer prévio à Assembléia no prazo dos 60 dias que a lei determina.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Essa impossibilidade que V. Exa. está colocando dificulta o trabalho dos Deputados, como o Professor Luizão que tem um envolvimento com a categoria e outros Deputados que são cobrados pela APP e querem saber.

Agora, como V. Exa. colocou, teremos os volumes para verificar e constatar se realmente não cumpriu.

Uma outra discordância que quero falar, que numa resposta, não sei a qual Deputado, V. Exa. colocou que o Tribunal de Contas concordou com o estorno de 1,7 bilhões que havia o Superior Tribunal de Justiça ordenado a suspensão, não o cancelamento, a suspensão. Tenho aqui no relatório a recomendação e orientação que era para reinscrever o referido grupo até o julgamento e decisão final.

Eu pergunto: já houve decisão final?

O SR. NESTOR BUENO

Não compensava, não compensava...

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Não foi isso que deu aquela queda?

O SR. NESTOR BUENO

Não. O Tribunal sugeriu. Sugeriu não, determinou que fosse registrado no compensado. O que é um compensado? É uma conta que não influi nem no ativo e nem no passivo. Fica registrado devidamente corrigido e quando houver uma sentença terminativa, o que vai acontecer? Restabelecemos a dívida do precatório ou então cancelamos inclusive esse precatório do registro no compensado.

E o Tribunal de Contas, já fizemos essa informação, já dissemos ao Tribunal que tínhamos cumprido a sugestão do próprio Tribunal e o Tribunal não se posicionou contra...

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Quem cala, consente, então?

O SR. NESTOR BUENO

Não, ele simplesmente já tinha sugerido que se fizesse assim. Inclusive, primeiro eu fui conversar com o Tribunal de Contas, tenho um acesso muito fácil ao Tribunal de Contas, porque o Presidente também é pontagrossense.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

É a república de Ponta Grossa. Na questão desse decréscimo, então, dos precatórios não estão incluídos nesses 1,7 bilhões que segundo orientação do Tribunal, pode ter sido...

O SR. NESTOR BUENO

Esse é o valor nominal. Esse precatório, hoje, está em mais de 4 bilhões.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Mas ele não consta aí, então?

O SR. NESTOR BUENO

Não, ele consta no compensado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Outra questão em relação à pergunta do Deputado Plauto, a respeito dos precatórios recebidos e compensados. Tenho aqui uma informação que de 2003 a 2006, na verdade houve, daria hoje o passivo para com os municípios e não só os municípios, temos aqui a Assembléia, temos o Ministério Público, temos outros entes que teriam direito a esse, Tribunal de Justiça, a parte disso aqui. Então, teríamos para os municípios, daquele período e conseqüentemente também de 2007, 76 milhões para o FUNDEB, 45 milhões para o Poder Judiciário, 15 milhões para o Poder Legislativo, 9 milhões para o Ministério Público, 6,7 milhões para o Fundo de Cultura, 0,2 milhões para Ciência e Tecnologia, 3,6...

O Deputado Plauto usou o termo, essa apropriação inédita continua ocorrendo e já foi respondida, não está sendo repassado. Mas pergunto ao Procurador, principalmente aqueles bens que estão sendo adjudicados, como que fica? Não é dinheiro, mas é algo correspondente em dinheiro que o estado está recebendo nessas execuções. E como fica esse repasse para os municípios e para os outros entes?

Então, esta questão precisa ser esclarecida porque temos um projeto do Deputado Elio Rusch que quer esse repasse imediato, essa compensação e daqui a alguns dias é inevitável essa discussão. Não dá para protelar, o próprio Procurador falou que tem uma ação dos municípios e esta Casa tem que fazer, pelo menos, esse esclarecimento.

Então, a pergunta que faço é como está sendo feito em relação aos bens adjudicados? E finalizamos eu pergunto, ou ao Secretário ou ao Dr. Nestor, como está a questão das cobranças das dívidas ativas? Porque tivemos um aumento substancial. Há alguns dias atrás eu olhei um relatório que praticamente dobraram as cobranças da dívida ativa. O que está sendo feito? Hoje já está em torno de 4 bilhões, se corresponde essa informação que dá mais ou menos a nossa dívida lá fora também.

O SR. NESTOR BUENO

Tenho a impressão que a sua pergunta já foi respondida pelo Procurador, Dr. Carlos Marés, mas talvez não seja problema o Dr. Carlos repetir:-

O SR. CARLOS MARÉS

A única discussão existente é em relação às compensações. Tudo aquilo que entra, por via judicial, de cobrança, de imposto, seja adjudicado, seja pagamento em cash, o adjudicado tem que se transformar em dinheiro, de uma forma ou de outra, ele é passado por um processo de avaliação, de licitação, depois por praça pública. Portanto, tudo que entra como dinheiro e não entra como receita do estado, evidentemente é repartido em todos os Poderes Públicos, é receita não tem nenhuma dificuldade. A única dificuldade é a compensação, porque o entendimento do estado é que a compensação só pode ser feita na hora em que se converte em dinheiro efetivamente. Como há um atraso no pagamento dos precatórios, ou seja, hoje não estamos pagando ainda os precatórios, a não ser os alimentares, as compensações alimentares não são muito significativas. O Deputado está falando do volume geral dos precatórios, de tudo aquilo que eu disse que tinha sido a compensação de precatórios. Significa índices muito pequenos da cobrança geral da dívida ativa. Esse volume que V. Exa. colocou, das repartições, existe porque é ingresso de imposto dentro do estado. Essa repartição existe. Então, não há essa dívida, absolutamente não há essa dívida e muito menos essa apropriação indébita, como diz o Deputado e o Deputado Plauto. Não há!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

V. Exa. reafirma que essa repartição está ocorrendo em relação à digitação. É convertido em dinheiro e também está ocorrendo?

O SR. CARLOS MARÉS

Sendo cobrança de dívida ativa, sim: sendo cobrança de ICMS, sim, ou seja, quando entra como receita do estado, sim!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Não é a informação que eu tenho, nem do Tribunal de Contas e nem dos dados que eu levantei. Esse entendimento do Governo infelizmente não é o que está no relatório do Tribunal de Contas. Só para contar.

O SR. HERON ARZUA

Posso esclarecer o seguinte: a maioria dos estados entende que a dívida ativa não deve ser repartida com ninguém. Esse é um entendimento muito forte, a maioria dos estados pratica isso porque entende que a rubrica é outra, ela deixou de ter as características que tinha originalmente. Não concordo, fui Procurador da Prefeitura de Curitiba, até à época entrei com uma ação para esclarecer esse tipo de indagação que ora se faz. Estamos nesse sistema, meu Deus do céu, desde 1968, já faz 40 anos! Essas coisas devem estar esclarecidas.

Agora, com relação à cobrança da dívida ativa, quero lembrar que existe um projeto de lei complementar que o Governo Federal encaminhou agora em novembro, dezembro, mudando, dando a possibilidade de haver a cobrança administrativa da dívida ativa, sem ingresso em

juízo. Por quê? Porque a impossibilidade de cobrança com a participação do Judiciário é geral, a união federal não está conseguindo cobrar, nenhum estado, nenhum município, você não cobra esses impostos indiretos. O Deputado é auditor fiscal, sabe disso, você só consegue ter êxito na cobrança da dívida ativa com os impostos patrimoniais, aqueles que você tem a propriedade. Os outros, mesmo nas nossas subscrições aqui, dessa dívida que apareceu de 9 bilhões, estimamos que cobrável mesmo são uns 2 R\$ 3 bilhões, e isso em um prazo de oito a 10 anos, por quê? Porque existe todo um sistema burocrático que obriga você ir ao Judiciário. Esse projeto está sendo calçado e obstado pela Ordem dos Advogados do Brasil que diz que é uma loucura você entregar aos agentes administrativos a cobrança da dívida ativa, dizendo até que os agentes fazendários não são confiáveis em um processo de penhora administrativa de imediato. Claro que eles estão falando dos agentes federais, porque o projeto se destina à cobrança da dívida ativa da união, lá no final, em um artigo diz que se os estados quiserem, eles podem optar por essa cobrança. Por definição, o Governador do Estado já disse que não segue esse projeto, ele prefere ainda que haja uma lentidão na cobrança da dívida ativa e que os cidadãos tenham as garantias constitucionais preservadas. Agora, existe toda uma polêmica em torno desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja cumprimentar a todas as senhoras, a todos os senhores aqui presentes. Agradecer de uma maneira muito especial os Secretários Heron Arzua, o Secretário Enio Verri, o Procurador Carlos Marés. Um agradecimento especial ao nosso Nestor Bueno, a toda a sua equipe, a todas aquelas pessoas que aqui estiveram. E dizer que, efetivamente, dado o alto espírito democrático do Secretário Heron Arzua, já iniciamos a reunião de uma maneira diferente daquilo que reza o nosso livrinho, permitindo a todos, não cronometrarmos em momento algum o tempo das perguntas, deixamos o espaço livre, para que pudéssemos realmente aproveitar o máximo a presença dessas quatro figuras muito importantes do nosso Governo e do nosso estado e que puderam, sem dúvida nenhuma, ao meu ver, esclarecer aos Srs. e Sras. Deputadas aqui presentes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, tanto eu como o nobre Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, estamos inscritos regularmente. Sei que V. Exa. talvez quisesse terminar rapidamente a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, em absoluto. Não consta o nome de V. Exa., por isso que eu...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O seu assessor, dificilmente o encontramos à Mesa, ficou convencido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, é que V. Exa. falaria pela ordem. Claro, não há razão nenhuma para que V. Exa. não...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Líder, até pela sua autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, companheiros de Governo, Secretário Heron Arzua, Procurador Marés, Secretário Verri e Ministro. Para nós, Nestor Bueno, não só Secretário, até o próprio Secretário Heron Arzua, em uma demonstração, vamos dizer de sensibilidade, também transfere muito do sucesso que se obtém na área dentro do Governo à competência do Secretário Nestor Bueno.

Queria me dirigir, até estava falando com o representante do DIEESE, e me lembro que estava aqui na Assembléia, ali pelo ano de 2000, quando professores, a pé, fizeram uma caminhada histórica de Ponta Grossa até Curitiba para fazer reivindicações, e me lembro bem até do número, Nestor Bueno, estavam exigindo reposições salariais, naquela época, de 53%. Vejam bem, aquilo que acabamos herdando em seguida: fomos sucessores de uma situação difícil, Deputado Reni Pereira. Estou vendo os dados aqui, se fez aquele famoso empréstimo, junto ao Banco Central, de 5 bilhões, 665 milhões. Sr. Presidente, muitas vezes falamos aqui das coisas que passaram, até para termos justificativas. Muitas vezes a Oposição se levanta dizendo: "Ah, vocês estão falando do passado!"

Lembro-me que quando Secretário dos Transportes, no Vale do Itaipu, Sr. Presidente Nelson Justus, estávamos inaugurando uma obra muito importante, uma obra rodoviária. Ela tinha custado aos cofres públicos R\$ 11 milhões. E naquela época já, Nestor Bueno, estávamos pagando, por mês, R\$ 55 milhões por aquilo que éramos obrigados a pagar por causa desse empréstimo do Banco Central, BANESTADO, que depois, no nosso entendimento, acabou sendo dado de presente ao Itaipu.

Então, vejam bem, lembro-me que eu falava lá entre Jardim Alegre e Ivaiporã: olha, estamos inaugurando uma obra que nos custou 11 milhões, mas se não tivéssemos essa dívida que estamos pagando rigorosamente em dia ao Banco Central, poderíamos estar inaugurando hoje cinco trechos iguais a este aqui.

Então, quero dizer o seguinte: uma coisa que me ficou muito clara aqui - a competência do Governo me salta aos olhos nesta questão - quero cumprimentar o nosso Secretário Enio Verri, o Marés, que é uma figura, para mim, diferencial, principalmente nas questões indígenas, porque ele é polivalente, vamos dizer, uma atuação muito diferenciada, mas sempre importante, ao Secretário Heron Arzua e ao Secretário Nestor Bueno, que estamos caminhando com segurança.

Estava dizendo o seguinte: quando alguém, por exemplo, vai ao médico, faz uma bateria de exames, depois ele colhe os resultados e as pessoas dizem: "Olha, você está com uma boa saúde".

Foi aquilo que ficou muito claro aqui - a saúde financeira do Governo do Estado - que devemos muito, logicamente, à competência do Governo Requião, representada aqui por vocês. A saúde financeira, está muito clara para nós todos, conceitualmente a Oposição, conceitualmente pode discordar de coisas que o Governo está fazendo, Sr. Presidente.

Mas, com muita competência o Secretário Nestor Bueno e os outros aqui presentes, colocaram, de maneira irrepreensível, a posição do Governo.

Agora, aos sindicalistas, quando se fala, alguém, acho que foi o professor Lemos que falou de sensibilidade, a sensibilidade ficou demonstrada quando o Nestor Bueno, se lembrando dos seus tempos de acadêmico ainda em Ponta Grossa, quase foi às lágrimas. A sensibilidade do Governo está representada nesta reação do nosso Secretário.

Então, sou muito otimista com aquilo que teremos que enfrentar aí pela frente.

Parabéns! A Bancada do PMDB se mostra muito satisfeita com a presença e com aquilo que aconteceu nesta Audiência Pública.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Agradeço, Sr. Presidente, V. Exa. sei que muitas vezes tem uma certa prevenção, mas quero aqui, em poucas palavras, registrar dois fatos de forma objetiva: o primeiro deles é a excelente exposição feita pelo Dr. Nestor Bueno que, cada vez mais, com o passar dos anos, está mais afiado, mais preparado, e são tantos anos que conheço o senhor, Dr. Nestor, e a sua competência, a sua seriedade, a sua probidade é um exemplo para todos nós.

Por outro lado reconhecer a exatidão, a clareza da demonstração feita, inclusive li esta noite até alta madrugada no disquete todos os anexos, enfim até disse ao Deputado Reni Pereira que ia fazer algumas perguntas porque não tinha lido todos os detalhes dos anexos em relação a apresentação.

Mas quero registrar esse fato de termos aqui a presença do Secretário Heron Arzua, do Procurador do Estado, Dr. Carlos Frederico Marés de Souza, do Secretário do Planejamento, o Deputado Enio Verri que daqui a alguns dias vem para esta Casa também e dos técnicos, da alta direção da Secretaria da Fazenda. Registro isso porque demonstra o respeito que o nosso Governo tem para com a Assembléia Legislativa do Paraná. Registro aqui a presença dos Parlamentares que aqui vieram, da bancada de apoio ao Governo, mas também registro praticamente a ausência da Oposição aqui nesta manhã. Lamentavelmente dois ou três Parlamentares da Oposição compareceram e certamente durante esta semana seguinte e as outras que se sucederão, ocuparão as tribunas, farão pronunciamentos,

mas não estiveram aqui para discutir o tema quando ele estava aqui posto com absoluta clareza por quem, de fato, tem competência técnica e constitucional para poder discutir este tema.

Registro isso porque certamente, Deputado Belinati, V. Exa. que é da Oposição mas está aqui conosco, chegou no fim, é verdade, mas chegou a tempo de poder falar, mas tenho que reconhecer que nós aqui, especialmente a Oposição, perdeu um momento importante para fazer uma série de questionamentos que faz aqui da tribuna, muito provavelmente porque não era aquilo que estava hoje no script, na coluna do Celso Nascimento.

Obrigado, Presidente, pela tolerância. Parabéns, Dr. Nestor, a toda equipe da Secretaria da Fazenda, os demais Secretários. Seguramente todos nós aqui hoje verificamos a solidez que está nosso estado, fruto do absoluto equilíbrio financeiro que temos. Nada de dinheiro sobrando, mas temos uma situação extremamente equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra do Deputado Belinati, mas apenas para registro, Deputado Romanelli, esta presidência registra aqui a presença de nove Parlamentares da Oposição que estiveram presentes. Não é tão pouco assim.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Não vieram todos para não judiar muito do Dr. Heron e nem do Dr. Nestor. Vocês foram poupados hoje.

Presidente Nelson Justus, quero em nome da Bancada do Partido Progressista parabenizar os Secretários que comparecem nesta Audiência Pública, Dr. Nestor, Dr. Heron, Dr. Carlos, Deputado Enio Verri. Apenas, Presidente, acho que deveríamos, dá vontade de comprar uma cópia dessa Audiência Pública, a fita e mandar para toda autoridade, porque tem autoridade que quando é convidada para vir à Assembléia Legislativa toma calmante de noite, parece que tem medo. Esta Casa não morde, não tem nenhum mal. O Dr. Heron, o Dr. Nestor já estão ficando tão íntimos aqui, tão familiares com a Assembléia Legislativa, um clima cordial. Tem autoridade que há uma tentativa de trazer a esta Casa, há uma luta, um empenho de não vir, de não dar explicações para o povo quando na verdade aqui é a Casa do povo, aqui é o Parlamento e aqui podemos expor as nossas idéias, cobrar, criticar e até elogiar as autoridades.

Terminando, quero dar os parabéns a todos vocês que dão uma grande lição que deveria servir de modelo para os demais Secretários, para as demais autoridades, porque elas também têm o dever, têm a obrigação de comparecer aqui para as explicações ao povo.

O Sr. Nestor Bueno

Presidente, só um minuto, não posso deixar de fazer um elogio: os nossos funcionários da área contábil e da área financeira da Secretaria da Fazenda são altamente qualificados e muito responsáveis. Tenho certeza absoluta

que se fossem mandados a praticar qualquer manobra nas peças contábeis, eles não o fariam, pondo em risco até os seus próprios cargos.

Mas veja, me chocou bastante essa manchete que eu vi no jornal de ontem: "Manobras contábeis de Requião voltam à pauta". Eu ficaria muito menos chocado se dissessem: "Manobras contábeis do Nestor e do Heron voltam à pauta". Mas, os Deputados podem ter certeza de uma coisa: se realmente orientássemos os nossos funcionários a fazerem manobras contábeis, poucos auditores conseguiriam descobrir.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como não existe explicações pessoais em Audiência Pública, só quero dizer ao Dr. Nestor que o ordenador da despesa é o Governador, as prestações de contas são em nome do Governador.

Então, não tem como eu dizer, e jamais faria isso porque eu sei da competência do Dr. Heron, do Dr. Nestor, então é aquilo que nós falamos, existe um entendimento subjetivo em relação a algumas coisas que a lei diz que é o contrário. Não sou eu que estou falando, é o relatório do Tribunal de Contas. Estamos aqui para esclarecer as finanças.

Então, quero dizer que as manobras existem, continuam existindo e já foram várias vezes constatadas em relatórios do Tribunal de Contas. E eu só falei do Requião porque o ordenador é quem assina, aliás, tem uma ressalva pelo Governador não ter assinado a conta de 2006 que, inclusive, o Dr. Heron, na Audiência, também falou que não tinha assinado, que sequer tinha visto. Então, existe uma ressalva por não ter tido a assinatura do ordenador, que é o Governador.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, ele não pode dizer que tem manobra. Desculpe-me, mas ele não pode, aqui, impunemente, vir aqui e fazer essa afirmação no final, porque muito provavelmente, talvez, ele tenha ido à imprensa falar nisso. Ou seja, o comportamento não pode ser esse. Desculpe-me, Deputado Reni, eu pensei que estávamos terminando aqui, sem nenhum tipo de contratempo. Mas, desculpe-me, V. Exa. não pode fazer essa afirmação, porque os números espelham de forma muito objetiva os dados que são públicos em relação ao que é execução orçamentária e financeira do estado. Desculpe-me V. Exa., mas é o seguinte: o senhor não pode acusar toda uma equipe técnica, pessoas que são responsáveis, de fazer manobras. Vocês têm que provar o que vocês estão falando.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Vamos, então, aos fatos...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu quero...

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Faço questão de esclarecer isso. Acabamos de ter a confirmação de que o estado não está pagando a parte dos precatórios dos municípios. Esse não pagamento, segundo o Tribunal, constitui uma apropriação e o não repasse para os municípios de uma dívida ativa que é oriunda de impostos. E os impostos, pela Constituição Federal, têm que ser repartidos com os municípios. Se for assim...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Isso é uma manobra?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Veja bem, não está sendo repassado...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Isso é uma manobra?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Outro detalhe, a não contabilização de 1,7 bilhões que o Tribunal de Contas mandou reinscrever, não foi reinscrito, não foi. Os documentos que foram entregues durante a Sessão de hoje para o Presidente, eu não tive acesso. Segundo o Dr. Nestor, existem 570 páginas que tratam dos restos a pagar da Educação. Se estiverem todos aqueles recursos que garantem os 30%, eu acabei de afirmar isso, se estiverem, beleza, temos mais 200 milhões para investir livre no orçamento da Educação deste ano, porque foram...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. não pode afirmar que são manobras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tenho a menor intenção de criar qualquer tipo, de fomentar e nem de tomar qualquer parcialidade, mas a palavra, a expressão "manobra" não é bem-vinda. Concordo realmente, efetivamente, que não houve nenhum tipo de manobra; houve sim uma explicação por parte do Secretário que respondeu a todas as questões. Se alguma questão, efetivamente, não ficou bem compreendida ou não bem respondida, ela pode perfeitamente ser questionada por qualquer Deputado.

Mas a expressão "manobra" eu não creio ter visto aqui, com toda a certeza.

Encerramento da Sessão:

Encerro a presente Sessão, agradecendo a presença de todos os nossos convidados.

Levanta-se a Sessão.